



Anais da Assembléia

Nº 108

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE JULHO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB** – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB** – 10: Durval Amaral - Cleiton Kleise - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB** – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB** – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL** – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT** – 05; Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 1996
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Basílio Zanusso.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Alqaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edro Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Turack, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colação, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Emerson Nerone e Renato Adair.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no

curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.07.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO N° 602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER pedido de destaque para as emendas n°s 22, 23, 25, 29, 30 e 46, anexas ao Projeto de Lei n° 238/96, que dispõe sobre a criação do fundo Paranaicidade, conforme disposto no Artigo n° 171 § 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento, tendo em vista que a presente matéria está em discussão e votação do período extraordinário, conforme dispõe o Artigo 86 do Regimento Interno em seu Parágrafo Único.

Sala das Sessões, em 11.07.96

(a) TOTI COLAÇÃO

REQUERIMENTO N° 603

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, a diminuição de interesse para a realização de Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 11.07.96

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de votos de congratulações à Senhora Dra. Tânia Regina Souza Vieira pela Campanha do Agasalho realizada este ano, que demonstra o calor humano desta empresária que se revela antes de tudo uma humanitária.

Sala das Sessões, em 11.07.96

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A cada ano, neste período de solidariedade, a Associação dos Funcionários do Bamerindus, capitaneada por esta dinâmica Senhora, Doutora Tânia Regina Souza Vieira, a campanha do agasalho abrange um número de pessoas carentes em todo o Estado do Paraná. Neste sentido, gostaríamos de sugerir que esta campanha se estendesse também para outros períodos do ano, como a campanha do brinquedo no Natal, campanha dos móveis em desuso, para as entidades sociais, campanhas do chocolate na Páscoa, etc.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 008/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - O § 1º, do Art. 6º, do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Os membros da Mesa terão mandato de dois anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.07.96

(a) NELSON JUSTUS

Apoio: Cleiton Kielse, Nelson Tureck, Marquinhos Alves, Antônio Belinati, Sâmia da Silva, Cesar Selene, Durval Amaral, Edno Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Alves de Moura, João Techy, Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Remy Borsato, Alacaci Túlio, Carlos Simões, Neivo Beraldin, Jocelinto Canto, Nelson Garcia, Rossori, Antônio Annibelli, Toti Colago, Élio Rusch, Orlando Pessuti, Beto Richa, José Maria Ferreira, Luiz Acorsi, Geraldo Cartário, Miltinho Puppio, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Alborghetti, Cesar Silvestri, Edson Silva Lino, Luiz Carlos Martins, Albanor Gomes, Luiz Carlos Zuk, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Tavares, Eduardo Trevisan, Caio Quintana, Ricardo Chab e Walmor Trentini.

JUSTIFICATIVA:

A cópia anexa da proposta de Emenda à Constituição do Estado, modificativa do § 3º, do Art. 61, contém as razões justificativas do presente Projeto de Resolução.

A proibição da reeleição para cargos de Mesa dos Legislativos origina-se de iniciativa da Junta Militar do AI-5, que impôs à Nação a Emenda nº 1/69, à Constituição Federal de 1967.

A medida, portanto, contém indisfarçável ranço autoritário.

Inexplicavelmente, porém, o Congresso Nacional Constituinte de 1988 coonestou esse óbice à plena democracia interna dos Poderes Legislativos. Embora ligeiramente atenuada, a Carta Magna na § 4º, do Art. 59, repetiu a proibição de serem reconduzidos os membros da Mesa do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

O constituinte estadual, por força do hábito adquirido ao longo de vinte e tantos anos de sujeição ao Poder Central e à Constituição da República no seu todo, reproduziu no corpo da Constituição do Paraná a vedação acima aludida.

Todavia, um erro não justifica outro.

Ocorre que os Estados não estão compelidos a recepcionar normas de mera conve-

niência organizacional ou operativa. O que os Estados não se podem furtar em obedecer fielmente são os princípios fundamentais sobre que repousa o Estado Nacional, além daquelas diretrizes expressamente imputadas aos Estados e Municípios, pela Carta Magna, tais como a regência orgamentária, o esquema tributário, a disciplina do pessoal burocrático, a fiscalização financeira etc...

Com efeito, se os Deputados e Senadores integrantes do Congresso Nacional Constituinte resolveram delegar à Carta Magna o trato de matéria "interna corporis" de suas Casas, trata-se de liberalidade voluntária.

Agora, pretender que essa questão de natureza essencialmente regimental seja compulsoriamente imitada por Estados e Municípios, é o mesmo que erigir matéria regimental do Congresso a princípio nuclear do Estado Brasileiro. E tal prática não tem amparo constitucional.

De sorte que, além do vício de origem, a regra da Carta Magna sob exame não tem o condão de obrigar os demais entes federados, assim como os períodos de sessões e de recessos, também não são paradigmáticos.

Convém lembrar que os Arts. 1º e 18, da Carta Magna, estatuíram a autonomia recíproca entre a União, Estados e Municípios, de tal forma que a inegibilidade existente em relação aos cargos da Mesa do Senado e da Câmara dos Deputados é problema exclusivamente limitado à esfera da União, embora versado na Lei Fundamental.

E porque é de tradição constitucional brasileira a ampla liberdade nos quadrantes dos Legislativos, cujos Regimentos Internos constituem instrumento disciplinador de suas atividades típicas, a presente emenda certamente não encontrará objeção. Ao contrário, enquanto recoloca a matéria no seu lugar próprio, que é o Regimento Interno, restabelece a plena democracia no interior deste Legislativo, pelo que merecerá geral aprovação.

No soberano exercício de suas competências privativas, para dispor sobre suas organizações, funcionamento e política, os Poderes Legislativos dos Estados do Rio de Janeiro e de Rondônia permitem reeleição para os cargos diretivos, sendo de salientar que o Partido dos Trabalhadores propôs ação de inconstitucionalidade contra reeleições adotadas pela Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia - ADIN 793-9, tendo o Supremo Tribunal Federal negado a concessão de liminar, por maioria de votos.

O princípio de reeleição prevalece nos países do primeiro mundo e no nosso país, na esfera federal, já há proposta para implantação do mesmo princípio para Presi-

dente da República e outros cargos eletivos.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 326/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar os Hospitais Universitários Públicos das taxas de consumo de energia elétrica e de água

Parágrafo Único - Para se habilitar à isenção referida, os Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior, deverão dispor de um mínimo de 70% (setenta por cento) de leitos ao Sistema Único de Saúde.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações orçamentárias necessárias para o cumprimento desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.07.98.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA
ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal determina que a saúde é um direito da população e um dever do Estado. Tal princípio, executado através do Sistema Único de Saúde, tem encontrado, nos Hospitais Públicos mantidos pelas Instituições de Ensino Superior, um extraordinário parceiro com expressivas contribuições para a comunidade.

À guisa de informações, os Hospitais Universitários de Londrina, Maringá e de Curitiba, polarizam, em suas regiões, mais da metade dos atendimentos de complexidade. O Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná, por exemplo, é na atualidade, um dos cinco Hospitais Universitários mais importantes do País, responsável por mais de 23% dos atendimentos do SUS em Curitiba, realizando cerca de 1.000.000 (um milhão) de procedimentos por ano. Ocupa o primeiro lugar em internações (25.000 por ano), o terceiro em cirurgias (10.000 por ano) e o quarto lugar em atendimentos ambulatoriais entre os Hospitais Universitários, oferecendo 228 vagas para Residência Médica em 40 especialidades e contando com 1.500 alunos de graduação e cerca de 100 docentes de alto nível que atuam, além dos serviços de docência, na pesquisa e na extensão.

O serviço de Transplante de Medula Óssea é responsável por 60% (sessenta por

cento) dos transplantes realizados no país.

O programa de Transplante Hepático detém o primeiro lugar em transplantes realizados no País, sendo reconhecido como referência pelo Ministério da Saúde. Os Serviços de Controle e de Infecção Hospitalar, Banco de Leite Humano e Farmácia Hospitalar são referência nacional. Em 1995, o HC recebeu da UNICEF o título de Hospital Amigo da Criança, tendo sido o primeiro Hospital do Paraná e o primeiro Hospital Universitário do País a ser consagrado com esse reconhecimento.

Os Hospitais Universitários estão passando por gravíssima situação financeira, gerada pela baixa remuneração pelos atendimentos ao SUS e pela ausência de política adequada de remuneração dos serviços prestados.

A grave crise compromete a produção e a qualidade da assistência prestada à população, o que representa risco à vida dos pacientes atendidos.

O presente Projeto de Lei visa autorizar, nos termos constitucionais, o Poder Executivo a dar sua contribuição na manutenção dos serviços especializados destas entidades. É necessário reconhecer que o Poder Executivo já cobre as despesas de custeio dos Hospitais Universitários mantidos pela Universidade Estadual de Londrina e pela Universidade Estadual de Maringá, entretanto, ainda falta dar sua parte de contribuição para o Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná, e, para que esses benefícios sejam assegurados de forma legal, contamos com o apoio dos nobres Deputados desta Casa para a aprovação do presente Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não haven do oradores no Pequeno e no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A violência nos últimos dias, na cidade de Londrina, causou pânico em pelo menos um bairro da cidade, espalhou medo nos outros e deixou toda a população insegura até para andar em avenidas aparentemente civilizadas, como a Higienópolis. Este é o trecho inicial do Editorial da "Folha de Londrina" do dia de hoje, sob o título RESPONSABILIDADE PELA VIOLÊNCIA. Na sequência, diz o Editorial:

"Lamentavelmente esta é uma situação que está atingindo cada vez maior número de localidades. Ressalta-se que o delegado-chefe da 10ª Subdivisão Policial, Leo-

nil Ribeiro, atribuiu a onda de assaltos violentos a fugitivos de cadeias do Paraná e de outros Estados que resolveram perambular por aqui. Para o delegado, a recaptura desses bandidos - ou sua fuga para outras localidades - fará baixar os índices de criminalidade local.

Compreende-se que, além da tarefa de prender bandidos, o delegado tenha de tranquilizar a população. Mas a lógica é inescapável: Londrina, como muitas outras cidades, está sendo ameaçada por bandidos que estavam presos e deveriam continuar presos. É preciso, então, prendê-los novamente - aqui ou onde quer que estejam. A lógica nos remete também para outra necessidade: a de reforçar nosso sistema penitenciário, para que os condenados não fujam.

A cadeia é o lugar deles. Não porque assim a vítima esteja vingada e a sociedade satisfeita, mas porque na cadeia o condenado paga pelo que fez e a sociedade lhe dá - pagando também - a chance para que se recupere. A pena privativa de liberdade existe para a reeducação do preso. Infelizmente, isto está desvirtuado entre nós. Os presídios brasileiros são verdadeiras escolas, sim, mas de criminalidade. A superlotação piora ainda mais o quadro. Isto sem falar nos incontestáveis condenados que cumprem pena em cadeias comuns e fazem disto uma quase pós-graduação no crime.

Durante a guerra, diz-se que os prisioneiros têm uma única obsessão: fugir. É compreensível, mas aqui ocorre o mesmo em tempo de paz. Sem assistência adequada e sem instrução para reabilitação, os condenados só pensam em fugir. Como frequentemente conseguem, estão de novo nas ruas e retomam a carreira criminoso. Muitas vezes, com maior selvageria e violência, como londrinenses têm sentido na carne nos últimos dias.

O Estado é responsável pelos presos e condenados. Isto quer dizer que se um fugitivo comete novo crime, o Estado é passível de processo judicial, embora nenhuma indenização desfaga o mal que já foi feito. Nada quitará a morte de um marido, de uma esposa, de um pai ou de um filho. Nada devolverá os movimentos ao que ficou paralisado, atingido pela bala de um criminoso fugitivo. Mas o Estado é passível de julgamento porque é dele a responsabilidade pela segurança nos presídios e nas ruas. Seria uma terapia mais que adequada. Se a população brasileira fosse à Justiça contra o Estado pelos crimes que ele deixa praticarem, algo mudaria neste País.

Há muito que fazer nas nossas cadeias. Faltam celas e presídios, e a maioria dos que existem ou estão superlotados ou não têm a mínima condição de realizar o trabalho a que se destinam.

Há muito que fazer, também, para melhorar as condições de trabalho nas polícias civil e militar, incluindo equipamentos e pessoal. Ninguém desconhece que os recursos oficiais são escassos. Entretanto, é absolutamente exigível que se busquem meios para garantir segurança à população, sem o que não há sequer como pensar em um padrão de civilização.

O medo produz as piores consequências. E a população brasileira está cada vez mais apavorada com os crimes, a violência crescente, a falta de segurança geral. Não se pode ficar à espera que os presos sejam recapturados, mesmo porque outros vão fugir. O que se pode esperar, e para isso se deve exigir, é o trabalho imediato para melhorar a segurança pública no Estado, que acaba contribuindo para que a cidade volte a viver um clima de segurança. Portanto, esse editorial é oportuno. A "Folha de Londrina", que durante esses quase 30 anos de vida pública, ou trinta anos de vida pública que tem, ela tem sido um instrumento de denúncias, de reflexão, chamamento à razão em todos os setores da nossa vida social.

E na área de segurança pública a Folha tem se destacado. É um jornal que tem se saído na frente, é um jornal que tem se colocado à disposição da sociedade, como instrumento de busca da melhoria da segurança da nossa gente. Esse editorial saiu, porque recentemente, há questão de uma semana, um representante comercial, na hora do almoço, estava em sua casa, num bairro de classe média, aonde presume-se deveria ter todas as condições de segurança. Estava preparando o almoço junto com seus familiares, toca a campainha da sua casa, ele vai atender a campainha, é rendido por um assaltante, que se fazia acompanhar de outros dois, e no desespero ele tentou correr e foi baleado e morreu na varanda de sua casa, aos pés de sua esposa e de seu filho.

Evidentemente, que este não é o único, não será o último lamentável episódio que choca uma população. Infelizmente, episódios como este aconteceram durante esses anos todos que eu me preocupo com a questão da segurança. Acontece e continuará acontecendo.

O que nos cabe nesse momento, sem dúvida alguma, é tirarmos dessas tragédias, ensinamentos, reflexão, para tentarmos dar a nossa contribuição ao Estado, ao aparelho do Estado, no sentido de melhorarmos as condições de segurança da nossa população. Realmente isso é doído, é triste, é chocante, não há quem não se choque diante de uma cena como esta. É só quem teve alguém da sua família envolvido, é que sabe a dimensão e a profundidade da dor de um momento como este.

Por isto quero cumprimentar a "Folha de Londrina", por este ato de reflexão, que mais uma vez ela faz, eu não sei quantas vezes assumi esta tribuna, para registrar a reflexão que o Jornal como a Folha, como o Estado do Paraná, como a Gazeta, tem feito em situação como esta.

Foram muitas as vezes que este Deputado aqui esteve para aprofundar junto com os mecanismos que a imprensa dispõe, através de seus editoriaristas, questões como esta.

Eu me lembro de muitos e muitos casos, de muitas e muitas tragédias, de muitos e muitos assassinatos, homens, mulheres e crianças nesse Estado, produto dessa violência incontida, produto muitas vezes de despreparo das nossas polícias, que felizmente de lá para cá, muito melhorou, muito aprimorou, muito evoluiu, não só as polícias civil e militar, mas principalmente o aparelho de proteção e guarda daqueles que cometem atos ilícitos em sociedade.

O Estado do Paraná evoluiu muito, e nós temos que reconhecer. Mas há muito ainda por fazer. É evidentemente, que neste setor, é um setor que quanto mais você faz mais você tem que fazer.

A "Folha de São Paulo" de anteontem trazia em Manchete, que o Brasil é o campeão das desigualdades sociais. Isso nos choca. O Brasil está na frente da Guatemala, da África do Sul, da Namíbia, em termos de desigualdades.

É claro, que esta onda de criminalidade, sobretudo, os crimes contra o patrimônio, como foram estes que ensejaram este editorial, tem na sua causa a questão econômica e social, questão das desigualdades.

É muito nos entristece em saber que nos anos, nos idos de 96 o Brasil continua campeão em todo o mundo, em termos de desigualdade Deputado Nelson Garcia. Isso sim nos preocupa. Não sou eu quem está afirmando isso. É a Folha de São Paulo com base nos índices que o IBGE forneceu recentemente a ela.

Um País que amplia o abismo que há entre os ricos e os pobres. Um País que cada vez mais se distancia dos pobres aumentando a maior fatia em poder de uma minoria que são os ricos. O resultado só pode ser este, é assalto, é furto, é roubo, é estelionato, é morte, é assassinato, e nós temos que nos debruçar sobre isso. Temos que refletir sobre esta realidade e a Folha de Londrina, ao trazer em editorial este artigo sobre título responsabilidade do Estado pela violência, está chamando à reflexão para que nós com a nossa capacidade, com a nossa competência e até com o dever que temos enquanto representantes do povo, ofereçamos determinadamente a nossa contribuição para evitarmos que cada vez

mais que amanhã, que depois de amanhã, um colega tenha que subir à Tribuna para prantejar uma fatalidade, para lamentar um fato envolvendo uma pessoa quer seja sua conhecida ou não. A verdade é que fatos como este chocam a qualquer um e nós temos que fazer alguma coisa. Parabéns à Folha de Londrina que traz um assunto desta relevância e que felizmente nós tivemos a oportunidade de interpretá-lo e trazer aqui para análise e discussão dos nossos colegas nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra PTB. PDT. PSDB. PFL.

Deputado Elío Rusch com a palavra.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Ouvi atentamente as colocações do Deputado José Tavares e muito oportuno quando o ilustre Deputado José Tavares, profundo conhecedor da área da segurança pública, porque é um homem que milita exatamente nesta área e já tem exercido cargos dos mais relevantes, entre eles o de Secretário do Estado do Paraná. o Jornal A Folha de Londrina, no dia de hoje no seu editorial, fala exatamente sobre a segurança e o título do seu editorial A Responsabilidade pela Violência. Deputado Tavares, no dia de hoje eu trago para esta Assembléia, e não podia deixar de relatar um fato ocorrido na noite de ontem na cidade de Guaíra. Muitas e muitas vezes, a região oeste do Estado mais especificamente os municípios lindeiros - assim nós os denominamos, são os municípios que fazem divisa com o vizinho país do Paraguai - são tomados de assalto os seus agricultores, os seus moradores, enfim, a comunidade toda.

Mas ontem à noite, José Tavares, a cidade de Guaíra, e toda a sua comunidade está em luto hoje, porque dois marginais em cima de uma moto chegaram na residência do Quinto Andreis. Os Andreis são conhecidos no Paraná e no Brasil inteiro pelas suas empresas. São duas famílias que têm o domínio praticamente da navegação, são o controle das balsas no nosso Estado e em outros Estados também. Um dos irmãos é falecido, o Fioravante, mas quem domina e controla este grupo é o seu filho o Milton.

Outro irmão, o Quinto Andreis, que reside em Guaíra, que tem na sua atividade comercial as balsas, e também a exploração da areia, ou seja, através dos portos de areia. E ontem à noite dois marginais, numa moto, chegaram na residência do Quinto Andreis e em frente da sua residência estavam o Quinto e o seu filho, o Celso. O Quinto de aproximadamente 60 anos e o Celso, um jovem, recém-casado, de 30 anos,

estavam conversando, e quando os marginais chegaram, sem falar nada, arrancaram de suas armas de fogo e descarregaram o revólver no corpo do Quinto. O filho, assistiu a essa cena, não se conteve e como qualquer cidadão não podia ficar calado. Avançou sobre os marginais e ele também veio a tombar, perdeu sua vida, também.

E diante dos disparos os familiares, a filha do Quinto, ou seja, a irmã do Cásio, saía da sua residência e também avançou sobre os marginais, felizmente para a filha, a Helena, nada aconteceu, entenderam os familiares, os próprios vizinhos que os marginais de repente não tinham mais a munição nas suas armas.

A família em Guaíra, hoje está de luto, como todo o Oeste do Estado, talvez, o Estado inteiro. É por essas razões, Deputado José Tavares, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós nos manifestamos diversas vezes e inúmeras vezes aqui na Assembleia, cobrando maior rigor das autoridades policiais, da própria Secretaria de Segurança. Mas, nós sabemos que é impossível de controlar tudo isso, mas diante desse crime que aconteceu, ontem à noite na cidade de Guaíra por volta das 17:00 horas. Nós pedimos aqui na Assembleia para que a Secretaria da Segurança Pública investigue com todo o cuidado e se necessário for envie Delegado especial para esta Cidade, para que esse crime não passe impune, que não vire em pizza, como muitos crimes têm acontecido e que nada aconteceu.

Sabemos das dificuldades que existem na própria corporação.

Sabemos das dificuldades que existem na Secretaria de Segurança Pública, em resolver crimes iguais a estes, que não foi o primeiro e na certeza não será o último que envolve a nossa sociedade.

Mas, nós como Deputados não podemos nos calar diante disso, e pedimos, exatamente, no dia de hoje para que isso não passe impune e para que a Secretaria da Segurança Pública, envie para a Cidade de Guaíra, para a nossa região, para que esse crime seja elucidado e tantos outros crimes sejam penalizados.

É essa a nossa manifestação.

E nós nos associamos com o Deputado José Tavares, que ocupou a Tribuna há poucos instantes, e lamentavelmente Deputado José Tavares, nós registramos esse fato que ocorreu ontem na Cidade de Guaíra. Era isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados José Maria Ferreira e Albanor Gomes, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/96, que autoriza o Poder Executivo instituir na modalidade Serviço Social Autônomo, a PARANACIDADE. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDAS DE PLÊNARIO, TRANSFORMADAS EM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário, em nº de 47, de autoria de diversos Senhores Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLÊNARIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 238/96
TEOR DA EMENDA

O inciso II do artigo 4º do Projeto de Lei nº 238/96, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - ...

II - as questões, os direitos e as obrigações objeto de penitências judiciais em que o FAMEPAR seja autor, réu, ou litisconsorte passarão a ser de responsabilidade da PARANACIDADE.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luis Claudio Romanelli, Toti Colajo, Péricles Mello e Doutor Rosinha.

EMENDA DE PLÊNARIO DE Nº 02
TEOR DA EMENDA

Ao parágrafo primeiro do artigo 11 do Projeto de Lei nº 238/96, fica acrescido o princípio da "economicidade".

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luis Claudio Romanelli, Péricles Mello, Doutor Rosinha e Toti Colajo.

JUSTIFICATIVA:

Foi incluído nesse artigo o princípio da razoabilidade que, segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, consta da

Constituição do Estado de São Paulo e se trata de princípio aplicado ao direito administrativo como mais uma das tentativas de impor-se limitações à discricionariedade administrativa, ampliando-se o âmbito de apreciação do ato administrativo pelo Poder Judiciário, consideramos fundamental a inclusão do princípio da economicidade também, possibilitando restringir a discricionariedade na aplicação do dinheiro público a ser transferido para a gestão da PARANACIDADE.

EMENDA DE PLENÁRIO EM N° DE 03
TEOR DA EMENDA

O § 3° do artigo 7° do Projeto de Lei n° 238/96, fica acrescido de mais um inciso, com o seguinte teor:

§ 3° - ...

e) um representante eleito pela maioria absoluta dos funcionários estáveis e contratados através de convênio da extinta FAMEPAR.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Toti Colago, Doutor Rosinha e Péricles Mello.

EMENDA DE PLENÁRIO EM N° 04
TEOR DA EMENDA

O inciso II do artigo 8° do Projeto de Lei n° 238/96, passa a vigorar nos seguintes termos:

Art. 8° - ...

II - fixar as diretrizes de aplicação dos recursos da PARANACIDADE, ad referendum do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa:

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLENÁRIO EM N° DE 05
TEOR DA EMENDA

O artigo 10 do Projeto de Lei n° 238/96 passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

Art. 10 - As competências, as atribuições e o funcionamento da Diretoria Executiva e das unidades de caráter complementar da PARANACIDADE serão definidas em Estatuto a ser referendado pela Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLENÁRIO EM N° DE 06
TEOR DA EMENDA

O caput do artigo 11 do Projeto de Lei n° 238/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 - O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, de que trata esta Lei, fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Poder Público Estadual, cujos termos serão submetidos ao referendo da Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLENÁRIO EM DE N° 04
TEOR DA EMENDA

O inciso II do § 1°, do artigo 11, do Projeto de Lei n° 238/96, passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

Art. 11 -

§ 1° - ...

II - permitir à Diretoria Executiva capacidade para contratar, administrar e dispensar recursos humanos nos termos da lei, inclusive para as atividades de ensino e pesquisa geridas pela PARANACIDADE, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Dr. Rosinha, Toti Colago, Péricles Mello.

EMENDA DE PLENÁRIO EM N° DE 08
TEOR DA EMENDA

Fica suprimida do inciso III, do § 1°, do artigo 11, do Projeto de Lei n° 238/96, a expressão "próprios".

Sala das Sessões, em 18.06.96

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Dr. Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLENÁRIO EM N° DE 09
TEOR DA EMENDA

O § 2° do artigo 11 do Projeto de Lei n° 238/96 passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

Art. 11 - ...

§ 2° - A execução do Contrato de Gestão será supervisionada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado e pela Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLÊNÁRIO EM N° DE 10
TEOR DA EMENDA

O § 3° do artigo 11 do Projeto de Lei n° 238/96 passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

Art. 11 - ...

§ 3° - O Contrato de Gestão, que terá prazo de 20 (vinte) anos, poderá ser modificado, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, no curso de sua execução, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão ou pela fiscalização, sendo que as alterações procedidas serão submetidas ao referendo da Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLÊNÁRIO EM N° DE 11
TEOR DA EMENDA

No artigo 12 do Projeto de Lei n° 238/96, após as expressões "que enviará ao Tribunal de Contas do Estado", acrescentar os seguintes termos: "e à Assembleia Legislativa".

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLÊNÁRIO EM N° DE 12
TEOR DA EMENDA

No artigo 13, "in fine", do Projeto de Lei n° 238/96, após as expressões "e por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas", acrescentar os seguintes termos: "nos termos da legislação vigente".

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLÊNÁRIO EM N° DE 13
TEOR DA EMENDA:

Fica suprimido o inciso IV do artigo 15 do Projeto de Lei n° 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLÊNÁRIO EM N° DE 14
TEOR DA EMENDA

No "caput" do artigo 18 do Projeto de Lei n° 238/96, após os termos "contendo critérios de promoção e de valorização profissional", ficam acrescentadas as expres-

sões "ad referendum da Assembleia Legislativa".

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLÊNÁRIO EM N° DE 15
TEOR DA EMENDA

Ficam suprimidas do artigo 19 do Projeto de Lei n° 238/96 as expressões "salvo se lei especial prescrever destinação diferente".

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLÊNÁRIO EM N° DE 16
TEOR DA EMENDA

Fica suprimido o artigo 20 do Projeto de Lei n° 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLÊNÁRIO EM N° DE 17
TEOR DA EMENDA

No artigo 21 do Projeto de Lei n° 238/96, "in fine", ficam acrescentadas as expressões "ad referendum da Assembleia Legislativa".

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA DE PLÊNÁRIO DE N° 18
TEOR DA EMENDA

No parágrafo único do artigo 23 do Projeto de Lei n° 238/96, "in fine", ficam acrescentadas as expressões "após aprovação desses créditos adicionais pela Assembleia Legislativa".

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) EMERSON NERONE

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colago e Péricles Mello.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO DE N° 19

Acrescente-se no artigo 7°, § 2°:

... a)

... e) um representante indicado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) BERTO RICHÁ

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Cesar Silvestri, José Maria Ferreira, Alba-

nor Gomes, Edgar Bueno e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Nossa Emenda visa o fortalecimento do Poder Legislativo.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO DE N° 20

O artigo 8° item II do Projeto de Lei n° 238/96 passa a ter a seguinte redação:

Art. 8° -

... II fixar as diretrizes de aplicação dos recursos do PARANACIDADE, "ad referendum" da Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) BETO RICHIA

Apoiamiento Luiz Claudio Romanelli, Alhanor Gomes, Edgar Bueno e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A Assembleia Legislativa não pode ficar a mercê das discussões das diretrizes de aplicação dos recursos da PARANACIDADE, pois os Deputados através dos municípios que constituem sua base eleitoral são constantemente cobrados por obras que beneficiam suas regiões.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO DE N° 21

Acrescente-se:

Art. 8° -

I -

II -

III -

IV -

V -

VI - Fixar as condições de repasse dos empréstimos e subempréstimos aos beneficiários, ad referendum da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

PÉRICLES MELLO

TOTI COLAÇO

CAÍTO QUINTANA

DOUTOR ROSINHA

ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Dada a importância e relevância do assunto, cabe à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná participar ativamente das ações da PARANACIDADE.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO DE N° 22

Modifique-se o artigo 8°, II, para dizer:

Art. 8° -

II - Fixar as diretrizes de aplicação dos recursos da PARANACIDADE, nos termos da lei própria previamente aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamiento: José Maria Ferreira, Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana, Doutor Rosinha, Péricles Mello e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa coibir eventuais excessos, bem como preservar o poder representativo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO DE N° 23

Inclua-se onde couber:

Art. - Toda destinação de recursos da PARANACIDADE será precedida de autorização da Diretoria Executiva publicada no Diário Oficial do Estado.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamiento: Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti e Péricles Mello.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa dar transparência à destinação dos recursos públicos da entidade.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO DE N° 24

Acrescente-se:

Art. 12 - O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, encaminhará semestralmente relatório circunstanciado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e a Secretaria do Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná (SEDU), relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas e projetos, atividades, produtos e serviços...

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamiento: José Maria Ferreira, Doutor Rosinha, Toti Colaço, Péricles Mello, Caíto Quintana e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa equacionar a participação da Assembleia Legislativa e a transparência das ações da PARANACIDADE.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO DE N° 25

Acrescente-se:

Art. 10 - As competências, as atribuições e o funcionamento da Diretoria Executiva e das unidades de caráter complementar do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE serão definidas em Estatuto, "ad referendum" da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamiento: José Maria Ferreira, Doutor Rosinha, Luiz Claudio Romanelli, Caíto

Quintana, Péricles Mello e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa dar condições de representatividade ao Poder Legislativo.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 26

Art. 9° -

§ 1° -

§ 2° -

§ 3° - O Diretor de Operações e o Diretor de Administração e Finanças, são cargos de recrutamento preferencial de outros que não fazem parte do serviço público, com remuneração não superior àquela percebida por funcionários em igual condição.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: José Maria Ferreira, Doutor Rosinha, Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana, Péricles Mello e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa equacionar o processo de escolha dentre os servidores públicos, preferencialmente, sem deixar de lado a oportunidade de contratar técnicos externos com capacidade adequada. Limita, porém, os salários aos recebidos por funcionário público que exerça igual função.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 27

Acrescenta-se:

Art. 7° -

I -

II -

§ 1° -

§ 2° -

a

b

c

d

e - Um representante indicado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: José Maria Ferreira, Doutor Rosinha, Caíto Quintana, Péricles Mello e Orlando Pessuti.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 28

Acrescenta-se:

Art. 4° -

I -

II - As questões, os direitos e as obrigações objeto de penitências judiciais em que a FAMEPAR seja autor, réu ou litisconsorte, passarão a ser de responsabilidade do Estado, representado pelo Procurador Geral e pela PARANACIDADE.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: José Maria Ferreira, Doutor Rosinha, Toti Colaço, José Tavares, Caíto Quintana e Péricles Mello.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 29

Acrescente-se:

Art. 11 - O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, de que trata esta lei, fica autorizado a celebrar contrato de gestão com o Poder Público Estadual, ad referendum da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: José Maria Ferreira, Doutor Rosinha, Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana, José Tavares, Orlando Pessuti e Péricles Mello.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa equacionar o Projeto à Legislação presente.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 30

Inclua-se onde couber:

Art... - O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas, a cada sessenta (60) dias, o montante de recursos públicos destinados a PARANACIDADE, bem como Plano de aplicação.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

DOCTOR ROSINHA

CAÍTO QUINTANA

PÉRICLES MELLO e

ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa dar transparência à aplicação de recursos públicos pela Paranaicidade.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 31

Modifique-se:

Art. 18 -

Parágrafo Único - Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores existentes na tabela salarial do Quadro Geral de Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Caíto Quintana, José Tavares e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

É inconcebível o pagamento de salários acima dos recebidos pelos Funcionários Públicos Estaduais. Não se pode legitimar a existência de "marafás" no Serviço Público Estadual.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 32

Suprima-se o Artigo 3º e incisos I e II do Projeto de Lei nº 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) RENATO ADUR

Apoiamiento: Luiz Claudio Romanelli, José Maria Ferreira, Caíto Quintana, José Tavares e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A FAMEPAR tem nos últimos anos prestado inestimável serviço aos municípios do Paraná. A mera extinção e nos termos pretendidos não coincide com toda uma história institucional e o destino dos servidores públicos que em muito tem orgulhado o Estado do Paraná através de sua dedicação e empenho.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 33

Suprima-se o Artigo 4º e incisos I e II do Projeto de Lei nº 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) RENATO ADUR

Apoiamiento: José Maria Ferreira, Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana, José Tavares e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A história e os serviços prestados pela FAMEPAR em prol dos municípios e do Estado do Paraná não podem ser tratados de forma tão banal. Ademais, os servidores que em muito tem engrandecido o corpo técnico especializado do Paraná merecem ser tratados de forma mais nobre. Por fim, o texto não se coaduna com o disposto na Lei nº 8.435/85 referente a matéria.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 34

Suprima-se o Artigo 5º do Projeto de Lei nº 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamiento: José Maria Ferreira, Toti Colago, José Tavares, Caíto Quintana e Orlando Pessuti.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 35

Suprima-se o Artigo 15º do Projeto de Lei nº 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) RENATO ADUR

Apoiamiento: José Maria Ferreira, Luiz Claudio Romanelli, Toti Colago, Caíto Quintana, José Tavares e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

O texto desmerece o Funcionalismo Público, sobretudo os técnicos da FAMEPAR que de forma corajosa e competente tem desenvolvido suas tarefas em benefício do Estado do Paraná.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 36

Suprima-se o Artigo 13 do Projeto de Lei nº 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

Apoiamiento: José Maria Ferreira, Luiz Claudio Romanelli, Toti Colago, Caíto Quintana, José Tavares e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível a contratação de pessoal externo sem que se leve em conta a existência de Servidores Públicos, e competentes, que poderão desempenhar as tarefas mediante acordo e contrato de Gestão.

É desnecessário aumentar as despesas do Estado.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 37

Suprima-se o Artigo 11 bem como os § 1º, incisos I, II, III, IV e § 2º e § 3º do Projeto de Lei nº 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamiento: José Maria Ferreira, Toti Colago, Caíto Quintana e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Além de inconstitucional e ilegal (vide inciso III do § 1º) por visar dispensar a Lei de Licitações (Lei nº 8866/92) concede excessivos poderes à PARANACIDADE, ferindo todos os princípios da boa administração pública: transparência, publicidade etc.. O texto original é um "cheque em branco" assinado, o que é inadmissível no setor público.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 38

Suprima-se o Artigo 20 do Projeto de Lei nº 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamiento: José Maria Ferreira, Toti Colago, Caíto Quintana e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

As licitações devem ser realizadas sob os auspícios da legislação em vigor.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 39

Suprima-se os Artigos 18 e 19 do Projeto de Lei nº 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamiento: José Maria Ferreira, Toti Colago, Caíto Quintana e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa corrigir a distorção legal e constitucional que pretende constituir empresa privada com recursos públicos.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 40

Suprima-se o Artigo 24 do Projeto de Lei n° 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Toti Colaço, Caíto Quintana, Doutor Rosinha e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Não cabe à PARANACIDADE atuar como Poder Legislativo, por diversos motivos, mas o principal de todos é que não se constituiu como tal, nem por vontade popular, nem pela distribuição federativa de poderes.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 41

Acrescenta-se ao Art. 22 do Projeto de Lei n° 238/96:

Art. 22 - O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE poderá celebrar convênios, contratos, acordos, ajustes, parcerias e consórcios com pessoas jurídicas e físicas, de direito privado, público,...

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Doutor Rosinha, Caíto Quintana e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Também com as pessoas físicas a PARANACIDADE poderá fazer convênios.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 42

Suprima-se o Artigo 23 e Parágrafo Único do Projeto de Lei n° 238/96.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Caíto Quintana, Doutor Rosinha, Toti Colaço e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de corretivo a matéria inconstitucional e ilegal, além de administrativamente imprópria. Uma empresa privada não pode afinal "servir-se" dos recursos de entidade pública.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 43

O caput e o inciso I do art. 3°, o art. 4°, o art. 5°, o art. 14, o caput do art. 15, o art. 25 do Projeto de Lei n° 238/96, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3° - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - extinguir as autarquias Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do

Paraná (FAMEPAR) e Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), cujos patrimônios serão transferidos, mediante cessão de uso, ao Serviço Social Autônomo PARANACIDADE;

Art. 4° - Os inventários de bens e dos acervos físico e documental integrante do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR) e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e as apurações de seus direitos e obrigações serão concluídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, e observarão, além das exigências e formalidades regulamentares aplicáveis à espécie, o seguinte:

I - o inventariante será nomeado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) que, durante o período de inventariação, representará o FAMEPAR e a COMEC, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele;

II - as questões, os direitos e as obrigações objetos de pendências judiciais em que o FAMEPAR e a COMEC sejam autores, réus ou litisconsortes, passarão a ser de responsabilidade do Estado, representado pelo Procurador Geral.

Art. 5° - O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE terá como patrimônio inicial os bens e o acervo físico transferidos pelo Estado, mediante cessão de uso, bem como a documentação, os direitos e as obrigações originárias da extinção do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

Parágrafo Único - A PARANACIDADE adotará as medidas necessárias à manutenção e ao prosseguimento dos objetivos e das atividades do extinto FAMEPAR e da extinta COMEC".

Art. 14 - A Secretaria de Estado da Administração promoverá a redistribuição dos servidores estáveis do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR) e da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) nos termos da legislação prevista no art. 15 desta Lei.

Art. 15 - O atual servidor em exercício no Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR) e da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) poderá ser aproveitado na PARANACIDADE desde que:

Art. 23 - As dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral do Estado e nos Orçamentos do Instituto de Assistência dos Municípios do Estado do Paraná

(FAMEPAR) e da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), para o exercício de 1996, serão transferidas para o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, com a finalidade de assegurar a continuidade operacional das ações e objetivos do Instituto e da Coordenadoria extintos e nos termos do Contrato de Gestão constante em lei.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: Sâmis da Silva, Nereu Moura, Caio Quintana, Edson Silva Lino e Albanor Gomes.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 44

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, na modalidade de fundação a PARANACIDADE - FAMEPAR, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, tendo como missão captar e aplicar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná, e prestar assistência institucional e técnica aos municípios paranaenses.

- Supressão do § 1° do Art. 1°.

Justificativa: a modalidade de serviço social é incompatível com a finalidade de assistência técnica aos municípios.

- As pessoas jurídicas de direito privado a qual a Lei Civil se refere (CC. Art. 16): sociedades civis, associações e fundações; de sorte que, o melhor que se afigura a entidade a ser criada é a de Fundação, sob pena de incorrerem nos vícios das empresas públicas e sociedades de economia mista, entidades paraestatais de direito privado.

§ 2° - PARANACIDADE - FAMEPAR

Art. 7° - Pelo Conselho de Administração, de natureza normativa, deliberativa, consultiva e de controle, composto por 01 (um) membro honorário e 03 (três) membros efetivos.

- Supressão do § 3° do Art. 7°

Justificativa: que a representação prevista no § 3° é incompatível com a finalidade do órgão a ser criado. A representatividade junto a este órgão deve ser dada às entidades representativas dos municípios.

§ 5° - Supressão dos Termos Natos e Efetivos.

Art. 9° - O presidente da Fundação designado PARANACIDADE - FAMEPAR será designado pelo Conselho de Administração, "ad referendum" do Secretário de Desenvolvimento Urbano - SEDU; a quem compete supervisionar, controlar e avaliar as suas ações e atividades, nos termos de seus planos, programas, projetos, produtos e

serviços, com observância do contrato de gestão de que trata a presente lei.

- Supressão do § 1°

A remuneração do presidente será fixada por deliberação do Conselho de Administração.

A alteração tem por finalidade preservar a autonomia da entidade a ser criada conforme está prevista no artigo 1° do projeto, bem como na exposição de motivos.

Incluir onde couber:

"Os funcionários estatutários atualmente lotados na FAMEPAR, passarão a prestar serviços na Fundação PARANACIDADE - FAMEPAR, mediante termo de cessão".

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: Sâmis da Silva, Nelson Garcia, Ironi Pugliesi e 01 ilegível.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 45

Acrescente-se onde couber:

Art. - As contas da PARANACIDADE deverão ser aprovadas, anualmente, pela Assembleia Legislativa, após prévio parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Jocélito Canto, Miltinho Puppio, Remy Borsatto, Edno Guimarães, Sérgio Spada, Nereu Moura, Eduardo Trevisan, Algaci Túlio, Albanor Gomes, José Tavares, Walmor Trentini, Emerson Nerone, Valdir Rossoni, Beto Richa, Techy Filho, Caio Quintana, Geraldo Cartário.

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO DE N° 46

Suprima-se da Emenda n° 6 da Comissão de Constituição e Justiça, Substitutiva ao Art. 26 do Projeto de Lei n° 238/96, a expressão:

"...em especial a Lei 9.663, de 16 de junho de 1991."

Sala das Sessões, em 20.06.96.

(aa) VALDIR ROSSONI

ÉLIO RUSCH

ANTONIO ANNIBELLI

ALGACI TÚLIO

1 ilegível

JUSTIFICATIVA:

Necessária a medida, haja vista que a lei em questão transformou em Autarquia, não só a FAMEPAR, como todas as demais Fundações do Estado.

O referido artigo, revogando as disposições em contrário, sem a expressão que ora se suprime, é suficiente no sentido de extinguir a FAMEPAR.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 47

Acrescente onde couber:

"O Poder Executivo poderá intervir, mediante autorização legislativa, na hipótese de comprovado risco quanto à regularidade dos serviços transferidos e ao fiel cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão."

Sala das Sessões, em 18.06.96.

(a) BETO RICHÁ

Apoiamiento: Nelson Garcia, Cesar Silvestri, Albanor Gomes, 1 ilegal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 238/96
PARECER ÀS EMENDAS

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, visa autorizar o mesmo instituir na modalidade serviço social autônomo, a PARANACIDADE.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação às Emendas apresentadas em Plenário, nosso parecer é favorável, na forma do Substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 09.07.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Apoiamiento: Orlando Pessuti, José Tavares (voto contrário), Emerson Nerone (voto contrário), Basílio Zanusso, José Maria Ferreira, Geraldo Cartário, Antonio Annibelli, Valdir Rossoni, Walmor Trentini, César Selene, 1 ilegal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI N° 238/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, atendendo os termos do art. 10, e inciso XIX, do art. 27 da Constituição Estadual,

DECRETA:

CAPÍTULO I
Da Organização

Art. 1° - Fica instituído a PARANACIDADE, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de prestar assistência institucional e técnica aos Municípios e de captar e aliciar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná.

§ 1° - A PARANACIDADE tem sede e foro na Cidade de Curitiba e com jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

§ 2° - O prazo de duração da PARANACIDADE é indeterminado.

§ 3° - O exercício financeiro da PARANACIDADE coincide com o ano civil.

§ 4° - A PARANACIDADE reger-se-á por

esta lei e por seu Estatuto.

Art. 2° - A PARANACIDADE se vinculará, por cooperação, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que se incumbirá de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir e em conformidade com o Contrato de Gestão, que com o Estado subscrever, nos termos previsto nesta lei.

§ 1° - O Superintendente da PARANACIDADE é o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, a quem compete controlar e avaliar as suas ações, em consonância com os planos, programas, projetos, produtos e serviços, aprovados pelo seu Conselho de Administração, observando os termos do Contrato de Gestão.

§ 2° - O Superintendente da PARANACIDADE tomará posse perante o Conselho de Administração, em reunião convocada para este fim.

Art. 3° - A direção da PARANACIDADE é constituída, respectivamente:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa, composto por 1 (um) membro honorário, 3 (três) membros natos e 5 (cinco) membros efetivos;

II - pela Diretoria Executiva, composta por 1 (um) Superintendente, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor de Administração e Finanças.

Art. 4° - O Secretário de Estado do Desenvolvimento, além de desempenhar as funções de Superintendente da PARANACIDADE é membro honorário do Conselho de Administração, de cujas reuniões participará com o direito de voz e sem direito a voto.

Art. 5° - São membros natos do Conselho de Administração da PARANACIDADE:

a) Secretário de Estado da Fazenda;
b) Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; e
c) 1 (um) representante indicado pela Federação das Associações de Municípios do Paraná.

Art. 6° - São membros efetivos do Conselho de Administração da PARANACIDADE:

a) 1 (um) representante indicado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil;
b) 1 (um) representante indicado pelo Ministério Público do Estado do Paraná;
c) 1 (um) representante indicado pela Federação da Indústria do Estado do Paraná;
d) 1 (um) representante indicado pela Federação do Comércio do Estado do Paraná;
e) 01 (um) representante indicado pelo

Instituto de Engenharia do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A designação dos representantes dos órgãos de classe, para compor o Conselho de Administração, deverá ser acompanhada com a indicação do respectivo suplente.

Art. 7º - O Superintendente e os membros do Conselho de Administração não perceberão qualquer remuneração ou vantagem pelos serviços que prestarem à PARANACIDADE, que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 8º - O Diretor de Operações e o Diretor de Administração e Finanças são cargos de recrutamento amplo, escolhidos pelo Superintendente da PARANACIDADE, remunerados nos termos do Plano de Cargos e Salários, previsto no artigo 19, desta lei.

CAPÍTULO II Dos Objetivos

Art. 9º - A PARANACIDADE tem por objetivos:

I - gerir o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988;

II - promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos Municípios, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos Municípios.

IV - financiar as intervenções, representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional das municipalidades;

V - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VI - incentivar os Municípios a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los.

Art. 10 - A PARANACIDADE poderá celebrar convênios, contratos, acordos, ajustes, parcerias e consórcios com pes-

soas físicas, jurídicas de direito público e privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a fim de realizar os seus objetivos institucionais e cumprir as suas funções, atendidas as exigências do Contrato de Gestão e do estatuto, referidos nesta lei.

CAPÍTULO III

Da Competência e Atribuições dos Órgãos da Administração Superior

Art. 11 - Ao Conselho de Administração da PARANACIDADE compete:

I - aprovar o seu Regimento Interno;

II - fixar diretrizes de aplicação dos recursos da entidade, ad referendum do Governo do Estado;

III - fixar, anualmente, de acordo com as disponibilidades, o montante de recursos a serem colocados à disposição dos Municípios e agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado;

IV - baixar normas de procedimentos e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros internos e externos disponíveis;

V - delegar competência à Diretoria Executiva para prática dos atos concernentes às atividades operacionais da entidade;

VI - fixar condições de repasse dos empréstimos e subempréstimos aos beneficiários;

VII - definir critérios de utilização e repasse de recursos não reembolsáveis;

VIII - definir objeto de auditoria interna e externa para as operações da entidade;

IX - aprovar a contratação de auditoria externa independente, quando for o caso;

X - fixar os limites da alçada para a ação da Diretoria Executiva;

XI - analisar e aprovar os relatórios circunstanciados sobre a execução e a conclusão das intervenções de política urbana;

XII - aprovar os planos anuais de aplicação dos recursos e os demonstrativos contábeis e financeiros da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva;

XIII - exercer as demais atribuições indispensáveis à administração da entidade;

XIV - definir e quantificar os cargos e funções necessárias à entidade, por proposta da Diretoria Executiva; e,

XV - aprovar o estatuto da entidade, bem como, as suas alterações.

Art. 12 - A competência, atribuições e funcionamento da Diretoria Executiva e das demais unidades da PARANACIDADE serão de-

finidas em Estatuto.

Art. 13 - O Conselho de Administração, constituído por decreto do Governador, reunir-se-á, sob a presidência do Superintendente da entidade, para escolher o seu Presidente e Secretário, que cumprirão mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - Os membros natos e os efetivos, e respectivos suplentes, do Conselho de Administração, tomam posse, perante o Superintendente da entidade, assinando o Termo lavrado em livro próprio.

CAPÍTULO IV

Do Estatuto e do Registro

Art. 14 - O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Superintendente da PARANACIDADE, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio.

§ 1º - Aprovado o Estatuto, o Presidente e Secretário do Conselho de Administração procederão a elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta lei, promovendo o seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

§ 2º - A reforma do Estatuto depende de proposta do Superintendente, da Diretoria Executiva ou de membro do Conselho de Administração.

§ 3º - As alterações do Estatuto da entidade, após serem aprovadas pelo Conselho de Administração e homologadas pelo Governador, serão levadas a registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por ato do Presidente e Secretário do Conselho de Administração.

Art. 15 - A PARANACIDADE, fica autorizada a celebrar Contrato de Gestão com o Poder Público Estadual.

§ 1º - Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu Governador, com a interveniência das Secretarias de Estado da Fazenda e a do Desenvolvimento Urbano e a PARANACIDADE, por intermédio do seu Superintendente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I - fixar, de modo objetivo, as responsabilidades, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da PARANACIDADE;

II - permitir à Diretoria Executiva capacidade para contratar, administrar e

dispensar recursos humanos, inclusive para as atividades de ensino e pesquisa geridas pela PARANACIDADE, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços mediante procedimentos licitatórios simplificados, observados os princípios inscritos nas constituições e na legislação atinente em vigor, em especial a Lei nº 8.886, ou a que lhe vier a suceder, publicando as normas em Diário Oficial do Estado;

IV - instituir fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e pontável, para arcar com despesas diversas de pronto pagamento, ligadas às atividades de ensino e pesquisa a cargo da PARANACIDADE;

V - formalizar contrato de locação, para atender o repasse, de que trata o art. 22, desta lei, nos termos da legislação em vigor; e,

VI - fixar as condições de remuneração e de repasse das receitas financeiras da entidade,

§ 2º - A execução do Contrato de Gestão será supervisionado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU - e fiscalizada pela Assembleia Legislativa do Estado.

§ 3º - O Contrato de Gestão, que terá prazo de 20 (vinte) anos, poderá ser modificado, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, no curso de sua execução, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão ou pela fiscalização.

CAPÍTULO VI

Do Controle e da Fiscalização

Art. 16 - As contas da PARANACIDADE deverão ser aprovadas, anualmente, pela Assembleia Legislativa.

§ 1º - A PARANACIDADE encaminhará, anualmente, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU -, que enviará à Assembleia Legislativa do Estado, até 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços, expressos em Planos de Ação Estratégica, nos Planos Anuais e Plurianuais e nos correspondentes Orçamentos, com a prestação de contas dos recursos neles aplicados, a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises de desempenhos gerenciais cabíveis.

§ 2º - Por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Superin-

tendente serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

CAPÍTULO VII Das Receitas

Art. 17 - Constituem receitas da PARANACIDADE:

I - a remuneração pelo gerenciamento do Fundo de Desenvolvimento Urbano que é composto por:

a) valores correspondentes às amortizações dos créditos decorrentes do Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - Paraná Urbano, do Programa de Ação Municipal - PRAM - do Programa de Desenvolvimento Urbano - PEDU -, dos empréstimos concedidos pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, conforme a Lei nº 8917, de 15 de dezembro de 1988 e dos que vierem a ser destinados à PARANACIDADE, de que trata a Lei;

b) rendimentos provenientes da aplicação dos recursos da PARANACIDADE no mercado financeiro;

c) produto resultante de juros e amortizações e aplicação de recursos da PARANACIDADE;

d) produto resultante de operações de crédito interno e externo, integralizado para financiar intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e estadual;

e) aporte de recursos municipais, estaduais e federais, de qualquer natureza;

f) recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre governos;

g) outras rendas eventuais;

II - dotações orçamentárias que lhe destinam o Poder Público Estadual ou outras modalidades governamentais, na forma do Contrato de Gestão;

III - subvenções sociais que lhe transferir o Poder Público, nos termos do Contrato de Gestão;

IV - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;

VI - recursos provenientes de fundos especiais;

VII - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

VIII - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos, celebrados com entidades públicas ou privadas;

IX - receitas provenientes de aliena-

ção de bens móveis e imóveis;

X - outros recursos que lhe venham ser destinados.

Parágrafo Único - Das receitas financeiras mencionadas, no inciso I, deste artigo, será apropriado, mensalmente, valor necessário destinado a manutenção da entidade.

CAPÍTULO VIII Do Regime Jurídico dos Servidores

Art. 18 - As ações da PARANACIDADE, compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços, de sua responsabilidade, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e por terceiros, pessoas jurídicas ou físicas, observada a legislação em vigor.

Art. 19 - A Diretoria da PARANACIDADE, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua posse, apresentará um Plano de Cargos e Salários, estabelecendo a política salarial e de benefícios dos empregados, com a instituição de plano de carreira, contendo critérios de promoção e de valorização profissional.

§ 1º - Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e, se necessário, revistos anualmente.

§ 2º - O Plano de Cargos e Salários, bem como as suas revisões e alterações, deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IX Do Patrimônio da PARANACIDADE

Art. 20 - O Patrimônio da PARANACIDADE será constituído:

I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporados;

II - pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público e privado, nacional, estrangeira ou internacional; e,

III - por quaisquer outros bens e direitos, que vierem a se incorporar a PARANACIDADE.

Art. 21 - Com a extinção da PARANACIDADE os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná.

CAPÍTULO X Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 22 - Fica extinta a autarquia Instituto de Assistência aos Municípios do

Paraná - FAMEPAR, cujos bens móveis e imóveis serão repassados a PARANACIDADE, atendendo os termos do Contrato de Gestão.

Art. 23 - O inventário dos bens e do acervo documental, físico e documental do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, e a apuração de seus direitos e obrigações deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, da publicação desta lei, além das exigências e formalidades regulamentares aplicáveis a espécie, o seguinte:

I - o inventariante será nomeado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que, durante o período de inventariação, representará o FAMEPAR, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele;

II - as questões, os direitos e as obrigações objeto de pendências judiciais em que o FAMEPAR seja autor, réu, litisconsorte, assistente, oponente ou terceiro interessado, nas formas previstas do Código de Processo Civil, passam a ser de responsabilidade do Estado, representado pelo Procurador Geral; e,

III - a PARANACIDADE adotará as medidas necessárias à manutenção e prosseguimento dos objetivos e das atividades do extinto FAMEPAR.

Art. 24 - Ao atual servidor em exercício no Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, assegurar-se-á o aproveitamento desde que:

I - o requeira formalmente, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da aprovação do Plano de Cargos e Salários;

II - haja cargo vago disponível e compatível com a sua formação e especialização;

III - seja considerado de interesse da entidade, a critério exclusivo da Comissão instituída para decidir sobre a matéria; e,

Art. 26 - As dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral do Estado e no Orçamento próprio ao FAMEPAR, para o exercício de 1996, serão transferidos a PARANACIDADE, com a finalidade de assegurar a continuidade operacional das ações e objetivos da autarquia extinta e nos termos do Contrato de Gestão, constante desta lei.

Parágrafo Único - Os saldos das dotações referidas serão utilizadas, após consumada a extinção do FAMEPAR, na abertura de créditos adicionais necessários ao atendimento do que dispõe o presente artigo.

Art. 27 - A Diretoria Executiva da PARANACIDADE, no prazo de 120 (cento e

vinte) dias, da publicação desta lei, promoverá a sistematização da legislação estadual em vigor, inerente ao desenvolvimento urbano e regional do Estado, e da assistência técnica e institucional aos municípios paranaenses e de suas formas de financiamento e atendimento.

Art. 28 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Aprovado.

O SR. FLORISVALDO FIER - Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Há requerimento do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente, requerendo destaque para diversas matérias.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, requerendo destaque para as Emendas 22, 23, 24, 25, 29, 30, 46 e 96, conservem-se como estão. Rejeitado.

Votação do Substitutivo Geral da C.C.J.. Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) Querida que o Presidente registrasse voto contrário do Deputado Romanelli.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Perfeitamente. Voto contrário das Bancadas do PMDB e do PT.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/96, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - recursos sob supervisão da SEPL, visando atender ao repasse de recursos aos municípios para instalação de complexos industriais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o projeto, sem prejuízo da apreciação da emenda. Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Votação à emenda com parecer contrário da Comissão de Justiça. Rejeitada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 248/96

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental visa aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00 ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - recursos sob supervisão da SEPL, visando atender ao repasse aos municípios para instalação de complexos industriais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à Emenda de Plenário, verifica-se que a mesma fere o bojo do projeto.

Sendo assim, somos de parecer contrário à emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.07.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Apoiamto: José Maria Ferreira, Luiz Claudio Romanelli - Voto Contrário, Nelson Justus, Walmor Trentini, César Selene, Geraldo Cartário, Emerson Nerone - Voto Contrário, Antonio Amibelli e Ironli Pugliesi.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/96, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação financeira não reembolsável (doação) no valor de US\$ 12.000.000,00 junto ao Banco KFW, Instituição de Crédito Alemã, para financiamento a Fundo Perdido, de parte do Projeto Proteção da Floresta Atlântica no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 060/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 765.300,00 ao orçamento da Secretaria da Chefia do Gabinete do Governador, visando atender despesas, a reforma e modernização dos elevadores do Palácio Iguazu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) É para registrar o meu voto contrário.

O SR. TOTI COLAÇO - O Deputado Toti, também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado o voto contrário da Bancada do PMDB.

O SR. DR. ROSINHA - Do Projeto de Lei nº 258/96, do PT, também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - E do PT.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/96, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria do Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento: COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - É para consignar também o meu voto contrário, já que está tirando dinheiro de município pequeno.

O SR. BETO RICHA (Pela Ordem) - Quero registrar o meu voto contrário também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/96, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 500.000,00. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 069/96, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 17.061.513,00 (dezessete milhões, sessenta e um mil, quinhentos e treze reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 99, de 27.06.96)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 306/96

PARECER:

O presente projeto de lei, do Poder Executivo, visa aprovar abertura de crédito suplementar de R\$ 17.061.513,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, uma vez que servirá como recurso para cobertura de crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.07.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 306/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 069/96, objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 17.061.513,00 (dezessete milhões, sessenta e um mil e quinhentos e treze reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, conforme especifica.

A proposição já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, no que se refere ao aspecto legal e constitucional, recebendo da mesma parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão, de acordo com o art. 33, § 4º, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.07.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTINHO PUPPIO - Relator

Sobre a mesa, Requerimento nº 603, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento nº 601, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 604, de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, tenho estado muito preocupado com o curso das investigações, que a Polícia Civil está fazendo em relação a fraude do ICMS no Estado do Paraná.

Há uma série de empresas e, pelas informações que estão correndo na cidade, empresas essas de renome, que montaram, parece, uma verdadeira quadrilha para fraudar o tesouro do Estado do Paraná.

Enquanto, que os professores, os funcionários públicos não recebem um percentual sequer de aumento nos seus salários, os empresários do Estado do Paraná montaram uma bem ardilosa quadrilha, para fraudar a arrecadação do ICMS no Estado do Paraná.

Gostaria de solicitar a Vossa Excelência, com requerimento verbal, que a Mesa Executiva acatasse, de que a Assembleia Legislativa, através da Comissão de Fiscalização, procedesse e acompanhasse essas investigações. Porque espero que isso seja

apurado e o Senhor José Tavares veio à tribuna, agora, nesta sessão de hoje, falar da importância da justiça e do sistema penitenciário no Estado do Paraná.

Seria importante para o Estado do Paraná, que o exemplo fosse dado, para que os empresários não continuassem mais sonegando. Lugar de quem sonega, Senhor Presidente, é na cadeia. O dinheiro público está sendo fraudado. Dinheiro público esse, que seria para satisfazer as necessidades fundamentais do Estado do Paraná, no campo da saúde, da educação, da infra-estrutura e não vi até agora, a não ser aqueles peixes pequenos sendo responsabilizados.

Então, antes de começarmos a veicular o nome dessas empresas, sem a devida comprovação, seria importante, que a Assembleia Legislativa começasse através da Comissão de Fiscalização, acompanhar e a requerer, junto a Polícia Civil, o nome dos fraudadores, de todo o processo, em relação ao ICMS do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica ao Deputado Vanhoni que já entrou em entendimentos com a Comissão de Fiscalização, através do Deputado Trevisan, e S.Exa. está tomando as providências para que a Secretaria da Fazenda dê, no menor prazo possível, os sonegadores do ICMS. Bem como já enviou ofício a SANEPAR para informar sobre aquelas concorrências que foram anuladas.

O SR. ANGELO VANHONI - Estou fazendo um Pedido de Informações, lamentavelmente não tive a resposta, ontem tive a informação que regimentalmente não pode ser discutido na Assembleia em período extraordinário, mas estou fazendo um Pedido de Informações ao Banco do Estado do Paraná, diretamente enquanto ofício, porque me parece que o Banco do Estado também está implicado neste processo. Porque a guia de recolhimento recebe um carimbo do Banco do Estado de intransferível, e precisamos saber se era apenas aquele funcionário que estava envolvido ou demais funcionários e corpo de 1º e 2º escalões estavam envolvidos em relação à fraude do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. terá as informações no máximo dentro de 10 dias.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs

236 e 238/96.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
173, 212, 249, 256 e 299/96.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º
279/96.

Levanta-se a sessão.